

---- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, no Auditório Municipal de Sabrosa, teve lugar pelas dezoito horas, a sétima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sabrosa, presidida pelo Deputado Senhor Engenheiro António Manuel Ribeiro Graça, coadjuvado pelos Senhores Deputados Filipe Augusto da Cunha Correia como Primeiro Secretário e Mário Vilela Gonçalves, como segundo Secretário. -----

----Aberta a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes dando as boas vindas e votos de Boas-Festas começando por fazer a chamada, verificando-se a presença dos Senhores Membros eleitos:-----

\_\_\_ António Manuel Ribeiro Graça;-----

\_\_\_ Filipe Augusto Cunha Correia;-----

\_\_\_ Maria Lídia Rocha Cruz Prates;-----

\_\_\_ João Xavier de Matos;-----

\_\_\_ António Aventino Lopes da Silva;-----

\_\_\_ Joaquim José Vilela do Cabeço; -----

\_\_\_ Octávio Manuel dos Santos Tórrrie;-----

\_\_\_ Maria de Fátima Leite Gomes Alves;-----

\_\_\_ Manuel Augusto Jorge;-----

\_\_\_ João Manuel Teixeira;-----

\_\_\_ Avelino António Coelho Amaral; -----

\_\_\_ Paulo Jorge Araújo Ribeiro;-----

\_\_\_ Mário Augusto dos Santos Varela;-----

\_\_\_ João Carlos Pinto Santos.-----

**PRESIDENTES DE JUNTA:-----**

\_\_\_ Cristiano Cândido Teixeira;-----

\_\_\_ Serafim do Vale Monteiro;-----

\_\_\_ António Pinheiro Pereira;-----

\_\_\_ António Gilberto Regas Correia;-----

\_\_\_ José Manuel Alves Pereira;-----

\_\_\_ José João Machado de Carvalho;-----

\_\_\_ Carlos Manuel Lebres Lopes Seco;-----

\_\_\_ Fernando de Carvalho da Silva;-----

\_\_\_ José António dos Anjos Pereira;-----

\_\_\_ Manuel Clemente Videira Correia Teixeira;-----

\_\_\_ Manuel Emílio Alves Cerqueira Coelho;-----

\_\_\_ Mário Vilela Gonçalves;-----

\_\_\_ José Vitória Rebelo;-----

\_\_\_ António Rodrigo da Silva Timóteo;-----

**Faltaram por doença:-----**

\_\_\_ Manuel Marcelino Alves;-----

**Faltaram justificando a falta:-----**

\_\_\_ Helena Maria Campos Ervedosa Lacerda de Pavão;-----

\_\_\_ Luis Rodrigues de Carvalho-----

**Faltaram sem justificação:-----**

\_\_\_ Alexandre Fernandes Ferro;-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia passou de seguida a ler a justificação apresentada pela eleita Sr. Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão que viria a ser substituída nesta sessão pelo Sr. João Carlos Pinto Santos posicionado a seguir na lista do Partido Socialista.-----

----Solicitou de entre os Membros presentes um voluntário para ocupar o lugar de 1º, Secretário da Mesa, tendo-se disponibilizado o Dr. Filipe da Cunha Correia.---

**----PONTO UM: PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

----Pedi a palavra o Sr. Manuel Joaquim Matos Barros, como Município, solicitando esclarecimentos sobre as acções do Hotel, pois como parte integrante na sua construção gostava de saber o que aconteceu com as acções que possuía no Banco Totta & Açores e que durante anos tinham um valor real e de repente passaram a um valor zero, tendo acontecido o mesmo a uns oitenta accionista incluindo a Câmara Municipal, gostava de obter, se possível, uma resposta escrita sobre o assunto.-----

----O Sr. Presidente da Assembleia informo-o de que sobre o assunto não tem elementos para o elucidar, e em situações idênticas alguém terá de responder a este caso. Não havendo um Conselho de Administração para responder, com certeza haverá alguém do Hotel que o possa fazer, dando de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para informar o que se lhe oferecesse sobre o assunto.---

----O Sr. Presidente da Câmara tomando a palavra informou que são vagas as informações que tem sobre o assunto, e que quando iniciou funções como Presidente foi-lhe colocada esta questão pelo mesmo Município, e disse-lhe então ter tido a oportunidade de verificar que tinha havido uma reunião geral de accionistas e, talvez tenham sido convocados para essa reunião e havendo uma dívida avultada para com os empreiteiros ficou decidido reduzir a zero as acções para que a dívida ficasse saldada e passasse a ficar a Habimarante como único proprietário, neste momento já mudou de proprietário. -----

----O Sr. Manuel Joaquim Matos Barros disse nunca ter tido comunicação alguma sobre essa reunião e gostava de saber quem levou as acções a zero.-----

----O Sr. Presidente da Câmara disse que a Câmara também era accionista e a

questão não deveria ser colocada à Câmara, porque entretanto teve informação que esse assunto foi discutido em reunião de accionistas, e se conhecem a situação e tivesse havido convocatória para essa reunião, deve ter sido nessa altura discutido o assunto, entretanto pensa que poderá haver formas legais de zelar pelos direitos dos accionistas que aí investiram, se ainda tiverem esses direitos. ---

---De seguida foi dada a palavra ao Deputado Dr. Filipe da Cunha Correia que disse ser pertinente a questão apresentada pelo Munícipe e informou ainda que em 98/99 foi convidado para fazer parte da Administração da Turismo Hotel tendo-lhe sido pedido um parecer Jurídico, para ver o ponto da situação porque entretanto tinha mudado o Executivo e nos Estatutos previa-se que a Câmara tivesse um representante. Julga ter estado também nessa reunião o Sr. Varela, bem como o representante da Firma Habimarante, pediu esclarecimentos sobre o estado da sociedade, que apresentava já graves riscos financeiros e de falência. A Firma ofereceu à Câmara a aquisição das suas acções. Informando entretanto a Câmara Municipal de que não deveriam investir mais nada nem adquirir as acções da Habimarante nem de outro qualquer, porque só investe quem quer e para sua salvaguarda pediu demissão. Posteriormente o Hotel mudou de mãos. As acções e como sempre acontece, ora estão em cima ou em baixo, se um Conselho de Administração decidir fazer um aumento de capital e os sócios não participarem, as suas acções perderão o valor e aquilo que lá investiram ficaria praticamente nulo. O Conselho de Administração do próprio Hotel poder-lhe-á dar-lhes qualquer informação mais concreta.-----

---O Sr. Manuel Joaquim Matos Barros perguntou como poderá obter informação tendo o Sr. deputado Dr. Filipe Correia informado para fazer um ofício ao Conselho de Administração do Hotel e não por intermédio da Câmara Municipal, entretanto e respondendo de novo ao Munícipe o Sr. Presidente da Assembleia respondeu que esta questão irá constar da acta , podendo pedir como Munícipe uma cópia da mesma.-----

---A Sr<sup>a</sup>. Deputada Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Leite Gomes Alves perguntou ao Dr. Filipe Correia se o Presidente da Câmara da altura esteve presente nessa reunião de accionistas.-----

---O Sr. Deputado Dr. Filipe Correia respondeu que não, mas esteve ele como representante da Câmara Municipal, não como Jurista mas unicamente como representante -----

---A Sr<sup>a</sup>. Deputada Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Leite Gomes Alves perguntou ainda se a Câmara tinha que votar a favor ou contra, ao que o Dr. Filipe Cunha Correia respondeu que nessa reunião apenas foi levantada a hipótese de redução de capital numa tentativa de levantar a empresa que estava bastante em baixo, chegando-se à

conclusão que não seria a solução mais correcta. -----

---Neste momento e na sequência das questões levantadas pediu a palavra o Sr. deputado António Aventino protestando sobre a intervenção da Dr<sup>a</sup>. Fátima, que respeitava, mas entendia ultrapassado o assunto por estar deslocado e ainda falando de uma pessoa que não estava presente, porque é ilegal. Salientou ainda ter estado sempre solidário com todas as pessoas e sendo convidado para investir, não o fez por o risco ser elevado. Esta discussão poderá ser levada para o lado errado e, outros membros poderiam fazer perguntas e haveria mais discussão sobre o assunto, isto é sempre um risco que se corre. Fazendo perguntas ao Dr. Filipe ou a quem não está é um assunto descabido.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu dizendo que apenas se tentou ajudar o Município, e não se falando em nomes não percebeu muito bem a última intervenção.-----

---Ainda neste contexto a Dr<sup>a</sup>. Fátima pediu de novo a palavra para encerrar o assunto dizendo que não estava a acusar ninguém e como Membro da Assembleia queria saber o que aconteceu e pedia ao Sr. Presidente da Assembleia para rever as actas, para ver qual a transparência que existiu, se houve desvalorização, quem a autorizou. O Sr. Presidente da Assembleia disse que o assunto só diz respeito à respectiva Sociedade. -----

---Ainda neste período foi dada a palavra aos Srs. Deputados:-----

---O Sr. Deputado Octávio Manuel dos Santos Torrie, que perguntou qual o destino a dar à Escola de Chancelheiros, e sobre a luz eléctrica disse não haver eficiência mas sim deficiência energética, porque a luz eléctrica por vezes está todo o dia ligada, e ainda sobre os assuntos colocados em Assembleia do dia 29/12/2005, continuam por resolver. Chamou ainda a atenção para os muros caídos ao longo da estrada Pinhão/Covas tendo sido um deles reconstruído de imediato, mas existe outro por reconstruir, e seria bom colocar ali um sinal, para avisar quem ali passa pela primeira vez;-----

---O Sr. Serafim do Vale Monteiro, Presidente da Junta de Covas do Douro, colocou três assuntos, sendo um deles o saneamento em Chancelheiros, dizendo estar pronto faltando apenas um tubo de retorno e uma bomba; uma rolote velha colocada na via pública em Covas do Douro. Esteve lá o Fiscal e a GNR e nada foi resolvido seria bom que a Câmara a retirasse e por fim é a situação já falado pelo Sr. Deputado Octávio Torrie, que é o muro junto à Quinta de La Rosa, seria bom que fosse reconstruído antes que venha a cair, seria mais fácil agora.-----

---Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Leite Gomes Alves colocou um assunto relacionado com a Associação do Douro Histórico e tendo tido conhecimento que está a ser dirigida pelo Sr. Presidente da Câmara quis saber que atitude pensa tomar sobre

os bens móveis resultantes da luta contra a pobreza, nomeadamente uma carrinha, que doada a uma instituição do nosso Concelho, seria a forma de se redimirem da gestão vergonhosa que foi este Projecto e que seria a parte visível dos cerca de cento e vinte mil contos gastos não se sabe em quê. -----

---O Sr. Deputado Mário Augusto dos Santos Varela, após cumprimentar todos os presentes desejou votos de Boas-Festas e apresentou um assunto que para ele é preocupante e que a seguir se transcreve:-----

---“Exploração de Granito na Serra de Pinhão Cel”: Dado que uma das grandes apostas do actual Executivo em termos de futuro passa pela área do turismo, o que concordo plenamente, gostaria de transmitir ao Exmo Sr. Presidente da Autarquia uma preocupação muito grande em relação ao aspecto que apresenta a paisagem na serra de Pinhão-Cel em consequência da exploração desencadeada de granito, sobre a qual gostaria de ver esclarecidos os seguintes aspectos:-----

--- Quem é o responsável pelo licenciamento e autorização de exploração das várias pedreiras existentes no local?-----

---Que tipo de proveitos retira a Autarquia e as populações locais pelos factos atrás expostos?-----

---E como conclusão: Quem é responsável agora ou no futuro pela requalificação e tratamento das áreas afectadas?-----

---O Sr. Manuel Clemente Videira Correia Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão do Douro, voltou novamente a colocar o problema da fossa do Carrasco, ao que julga a Câmara está a perder dinheiro pois a obra está pronta, e em relação às outras pediria aceleração possível para a sua conclusão e pediu ainda um olhar atento para a estrada de Sabrosa/Pinhão, está a ficar degradada, deveriam olhar para ela de forma especial, é uma entrada para o Concelho, para o Douro. Aproveitou ainda para expressar a sua satisfação pelo cumprimento do estabelecido em Protocolo acerca da limpeza das valetas, manifestando a sua manifestação.-----

---Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder aos assuntos colocados, começando por responder ao Sr. Deputado Octávio Torrie, e sobre as escolas disse que o assunto está a ser tratado, não estando ainda estabelecido nada em concreto, há um conjunto de edifícios que foram desactivados e ter que se encontrar critérios quanto à sua utilização. Por exemplo a escola de Garganta pretende-se que venha a ser um núcleo arqueológico da Serra da Azinheira e é importante que venham a ser utilizadas para fundos educativos sociais, etc. Deverão ser apreciadas em Assembleias de Freguesia, os fins a dar-lhe. O Ministério da Educação assume o encerramento das escolas e há uma que nos está a preocupar que é a escola de S. Lourenço, o Ministério pretende encerrá-la e a

Câmara está a concluir as obras. Não dando utilidade às escolas encerradas poderão ser vandalizadas, o que não queremos que aconteça. Para a escola de Gouvães temos uma proposta que está apresentada nesta Assembleia. Houve entretanto uma proposta da Junta de Freguesia de Covas do Douro para a Escola de Chancelheiros para que fosse transformada em habitação social, mas isto no caso de não haver outro fim a dar-lhe. Sobre o problema da luz não será motivo para discutir nesta Assembleia, bastará um telefonema para a Junta de Freguesia, Câmara Municipal ou até mesmo para a EDP, se não forem atendidos insistam junto da Câmara até ser resolvido o problema. Relativamente ao estado das estradas encaminha a resposta para a informação distribuída antes da Sessão e para a bolsa de Overbooking. Foram apresentadas à Comissão de Coordenação um conjunto de obras a realizar nas nossas estradas e temos de explorar todas as hipóteses de financiamento no caso de não poder haver candidaturas cofinanciadas então terá que se recorrer a custos próprios, dando assim resposta também ao Sr. Presidente da Junta de S. Cristóvão, mas na estrada Sabrosa/Pinhão, a situação é péssima quer em questões de manutenção quer em segurança, nunca haverá condições financeiras de uma intervenção em grande. ---  
----Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Douro e sobre o saneamento disse estar a ser resolvido e a questão da rolote é necessário retirá-la, apesar de não se saber se o local é público ou privado. Sobre o muro não havia rubrica disponível para acorrer aos estragos provocados pelas chuvas, no lugar do Poio existe uma situação semelhante e muito grave que está também por resolver por falta de enquadramento orçamental, pensamos resolve-lo em breve. O problema da sinalização é importante e é da competência da Fiscalização.-----  
----À Dr. Maria de Fátima Leite Gomes Alves disse ter estado envolvido como parceiro no Projecto da Luta Contra a Pobreza e, quando diz que a situação é vergonhosa também concorda e o reconhece, mas também apurou que os bens já estavam comprometidos e assumidos e se a Câmara é pessoa de bem e se decidiu doá-los chegamos à conclusão, em reunião do Executivo, não haverá nada a fazer, sobre os equipamentos por exemplo audiovisual não havendo compromisso algum ficaram a Câmara Municipal de Sabrosa e a Câmara será fiel depositário, todas estas decisões deverão ser tomadas em rede de parceiros, o que não aconteceu com a viatura, porque estava já comprometida.-----  
----Ao Sr. Mário Varela disse que também é preocupação da Câmara a importância do Património e a exploração de inertes, juntamente com o perito e em deslocação ao local todos lamentaram a situação, as empresas, pelo menos duas, estão licenciadas só teremos que regularizar a situação. A comissão de baldios também teria algo a dizer, tudo isto envolve várias entidades entre elas o

Ministério do Ambiente, C.C.D.R.N., Câmara Municipal e iremos tentar gerir da melhor maneira e obrigar as empresas a corrigirem o que estiver errado prevê-se que irão lapidar aquele local e nada ficará para aquela Freguesia, teremos que reverter para o PDM o próprio licenciamento das Pedreiras. Numa zona protegida, passa uma estrada e teve oportunidade de informar o SR. Presidente da Junta que tem também obrigação de zelar pelo seu património e tentar licenciar as pedreiras que estão ilegais.-----

---O Sr. Octávio Torrie perguntou quem procede a esse licenciamento, tendo o Sr. Presidente da Câmara informado que é o Ministério do Ambiente.-----

---Ao Sr. Presidente da Junta de S. Cristóvão respondeu que o problema das Etar's prendem-se como já foi dito com os ramais eléctricos, porque não estavam previstos e que obrigou a um conjunto de negociações, já regularizadas, aguardando a sua ligação, quanto à estrada do Pinhão já foi dada a resposta.-----

---O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Torre do Pinhão desejou a todos um Bom Ano e, sobre as pedreiras sabe que estão duas para ser legalizadas, tem demorado devido ao PDM, seria bom que fossem legalizadas para responsabilizar as empresas e, no seguimento das anteriores intervenções perguntou sobre o pagamento da limpeza das valetas. O Sr. Presidente da Câmara perguntou se limpou as valetas e se já tinha informado esse assunto.-----

---O Sr. Presidente da Junta de S. Lourenço continua a debater o assunto da mudança dos postes de iluminação pública, porque tudo continua igual, apesar do Sr. Presidente da Câmara ter telefonado à EDP na sua presença.-----

---O Sr. Presidente da Câmara informou que este assunto foi transmitido à EDP mais que uma vez, pediu novamente para que estes assunto não fossem colocados em Assembleia pois isto pode tratar-se no Gabinete.-----

---Passou-se de seguida ao ponto:-----

---**UM PONTO UM:** Aprovação da acta da Sessão anterior, tendo sido aprovada por maioria dos membros presentes, com as abstenções, por parte dos Srs. Deputados:-----

---João Manuel Teixeira;-----

---Cristiano Cândido Teixeira;-----

---José António dos Anjos Pereira;-----

---Carlos Manuel Lebres Lopes Seco e -----

---João Carlos Pinto Santos:-----

---Por não terem estado presentes na sessão a que a acta diz respeito.-----

---**UM PONTO DOIS – INFORMAÇÕES:**-----

---**PONTO DOIS**-----

---**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

**----PONTO DOIS UM:-----**

----Apreciar a informação do Exmº Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do n.º 1 do artº 53º da lei 169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei 5 A /2002 de 11 de Janeiro.-----

----Dada a palavra ao Sr. Presidente e por que acha que o documento distribuído é suficiente não iria perder tempo, mas se alguém se alguém se quisesse pronunciar o podia a fazer. -----

----Inscreveram-se para intervir os Srs. Deputados: -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão perguntou sobre a adjudicação do abrigo de passageiros, disse que constatou no orçamento uma rubrica de 100,00 € mas estando a obra adjudicada não deve ter nada a ver uma coisa com a outra.-----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gouvães do Douro verificou que a informação não prevê o arranjo da Fonte de Gouvães, o Sr. Presidente informou ter havido lapso porque trata-se da Fonte de Gouvães e não de Gouvinhas.-----

----Por ter sido já referido o Ponto dois um, passou-se ao seguinte:-----

**----PONTO DOIS DOIS:-----**

----Apreciar e deliberar sobre as Opções do Plano e a Proposta do Orçamento para 2007, do Município, de acordo com a alínea a) do artº. 64º. da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra e informou que houve uma tentativa de reduzir o Orçamento e aproximá-lo dos valores reais, estamos com um orçamento mais baixo dos últimos anos. Está condicionado não só para este ano mas também para os próximos anos. O problema são os compromissos assumidos e ainda a situação da receita, porque a preocupação principal foi atender às obras participadas, havendo uma inflação neste aspecto, pois os projectos tem que estar criados e aprovados para se poder recorrer a candidaturas a Overbooking que irá acontecer até meados de 2007.-----

----E sobre o Orçamento, pediu entretanto a palavra o Sr. Deputado Mário Augusto dos Santos Varela, cuja intervenção abordou essencialmente sobre o orçamento concordando de uma forma geral com o documento em causa, pensa no entanto que deverá ser feito um esforço para que na elaboração de orçamentos futuros, porque considera este um pouco inflacionado, por várias vezes falou sobre uma proposta que continua por executar, pois grande parte das dividas são relativas a fornecedores e empresas e que poderiam alguns trabalhos ser executados pelo pessoal da Câmara, seria uma das formas de baixar as despesas a médio/longo prazo e efectuar investimentos consideráveis no reequipamento e, por vezes os preços são inflacionados pelo facto, talvez, da demora no pagamento



por parte da Autarquia. -----

----O Sr. Deputado Octávio Manuel dos Santos Torrie verifica que tecnicamente está bem elaborado, mas na prática o que interessa é a capacidade financeira, que parece ser reduzida, ficou surpreendido por não estar inscrito o saneamento de Chanceliros, aparecia no último orçamento uma verba e agora nada existe, o Sr. Presidente já deu explicação sobre isso mas gostaria de no futuro não ter de lhe chamar incumpridor de promessas. Também na página vinte e um fala no caminho de acesso ao Pesinho e Gouvães, gostava que fosse dada uma explicação.-----

----O Sr. Deputado João Carlos Pinto Santos cumprimentou todos os presentes e sendo a sua estreia nesta Assembleia elogiou a forma técnica como está apresentado o Orçamento, mas enquanto jovem deste Concelho esperava-o mais ambicioso e gostava também de saber quais os Projectos estruturais e qual a forma de manter os jovens neste Concelho e ainda sobre a Educação para quando o início do Inglês, Desporto e Musica. Realçou ainda a rede viária que sendo estruturante não se pode ficar só por isso e em relação ao Turismo cultural para o próximo ano viu apenas inscrito a atribuição de subsídios para actividades culturais recreativas e desportivas.-----

----O Sr. Presidente da Câmara respondendo ao Sr. Deputado Mário Varela dizendo que na questão de aproveitar os nossos recursos humanos a ideia é ótima, mas para isso é necessário possuir equipamento adequado e isso está em falta, é intenção por exemplo em adquirir uma giratória, equipamentos de cofragem entre outros para que possam ter equipamento à altura, mas há uma situação que tem a ver com a gestão e distribuição do pessoal porque de facto a gestão não é a melhor e compromete a eficácia, em termos de reorganização pode-se melhorar mais, pois poderemos fazer pequenas obras, nomeadamente ramais pequenos, pois grandes, só co-financiados-----

----Ao Sr. Deputado Octávio Torrie e sobre o caminho do Pesinho vai manter-se se houver a possibilidade de uma candidatura, o caminho em causa é o que passa pela Vista Alegre, que até se pode mesmo considerar turístico, entre outros.-----

----Ao Sr. Deputado João Carlos Pinto Santos desejou as boas vindas e quando coloca a questão de projectos ambiciosos e obras estruturantes, disse que sonhos temos muitos mas não havendo recursos nada se pode fazer, considera-se por exemplo como obras estruturantes a ligação à A24 e ligação à A4. Informou ainda que está já equacionado a Nó de Lames, considerando por isso uma meia vitória. Informou ainda que gostava que o Sr. Deputado, e se tivesse oportunidade de ler o documento já aqui apresentado “Estratégias para o

Concelho”, dando de seguida explicações sobre os assuntos apresentados no mesmo. -----

---Após as explicações dadas pelo Sr. Presidente pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão dizendo ter verificado uma redução nas despesas relativamente à sua Freguesia, não pode dizer que está satisfeito com isso mas entende as dificuldades porque os tempos não são fáceis e, fazendo uma análise acha que o Orçamento mostra bem o rumo e o futuro que o Sr. Presidente quer para o nosso Concelho desejando-lhe o maior sucesso, votando por isso a favor.-----

---O Sr. Deputado João Carlos questionou o Sr. Presidente sobre o ensino.-----

---O Sr. Presidente da Câmara sobre a questão da Educação respondeu já estar o assunto resolvido e sobre o encerramento das escolas o processo foi vergonhoso pois o Ministério da Educação encerrou as escolas sem que se tivesse preocupado com os problemas que viessem a surgir, criando diversos problemas agravado com o fornecimento das refeições. O nosso recurso eram as IPSS que agora foram impedidas de fornecer as refeições, em relação às actividades extra curriculares também se põe o problema de espaço e condições físicas que as escolas não possuem. Estar a investir sem ter a certeza de quais as escolas que vão continuar abertas no próximo ano é arriscado porque a verba que o Governo dá é insuficiente.-----

---Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão agradeceu o estímulo e o voto de confiança dado e, quando os recursos são escassos nada é facilitado.--

---Após as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara e sobre a sua redução, procedeu-se à votação, tendo sido aprovado por maioria e em minuta, com o seguinte resultado:-----

---Votos 28 – (Vinte e oito).-----

---Votos contra 4 – (Quatro).-----

---Votos a favor 24 – (vinte e quatro).-----

---Abstenções 0 – (zero).-----

---Pelos Deputados do Partido Socialista foi apresentada a declaração de sentido de voto contra, que se transcreve:-----

---“Aguardava-se, com expectativa, a proposta “Opções do Plano e Orçamento para 2007” a apresentar pelo Executivo Camarário. Este documento, deveria conter uma visão nova e diferente que permitisse perceber um novo rumo e uma nova estratégia. As expectativas goraram-se. Opta-se pela continuidade, no que respeita às “opções” e à “estratégia”, e o desencanto já faz o seu caminho.-----

---Neste contexto não se vê qualquer ambição nem sequer estratégia para o futuro, e nele só se perpetuará a atrofiação da gestão municipal. Constatamos que as

“Opções” deste Plano e Orçamento são a representação de um novo recuo, de uma rendição às dificuldades, tantas e tão concretas, que este concelho apresenta.

---São disso exemplo as dotações de verbas insignificantes que foram atribuídas às obras estruturantes que não se farão ou serão adiadas “sine die”.-----

---Há cerca de um ano, nesta mesma assembleia, ouvimos atentamente o Sr. Presidente da Câmara enunciar, preocupado, um conjunto de obras “irregulares” que encontrou na sua secretária, dizendo-se decidido a tratar exemplarmente essa situação. No entanto, verificamos que algumas dessas obras constam agora do presente documento o que, face ao desconhecimento dos resultados da auditoria efectuada e porque “à mulher de César não basta sê-lo mas parecê-lo” os deputados abaixo assinados votam: **contra**.-----

---Sabrosa, 28 de Dezembro de 2006.-----

---Os deputados do Partido Socialista:-----

---António Manuel de Sousa Ribeiro Graça, Octávio Manuel Santos Torrie, João Carlos Pinto Santos e Joaquim José Vilela do Cabeço”.-----

---O Sr. Presidente da Câmara lançou um desafio aos Srs. Deputados para tentarem alterar o presente orçamento e falarem de coisas sérias para o futuro do nosso Concelho e não votarem contra por questões filosóficas. Relativamente às obras, as que foram passíveis de regularização foram regularizadas com toda a transparência porque se assim não fosse quem perdia era o Concelho de Sabrosa. Em breve será dado o resultado da Auditoria.-----

---**PONTO DOIS TRÊS:**-----

--- Apreciar e deliberar a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem de acordo com o artº. 106º. Da lei 5/2004 de 10 de Fevereiro e alínea e) do nº. 2 do artº. 53º. Da Lei 169/99 com as alterações da Lei 5/-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

---Pedi a palavra a Srª. Deputada Drª. Maria de Fátima Leite Gomes Alves para dizer que mantém a posição já tomada anteriormente porque a considera inoportuna pois não se compreende porque é que o Município tem que pagar uma taxa de ocupação pelos fios ou postes quando deveria ser a empresa a pagar-nos a ocupação desse espaço.-----

---O Sr. Deputado António Aventino Lopes da Silva concorda com a posição da Drª. Maria de Fátima e aconselha todos aqueles que tem o espaço ocupado exijam à empresa o pagamento desse taxa.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia diz estar tudo regulamentado por Lei mas nem sempre devemos concordar.-----

---Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara informando que a receita é de cerca de 500,00 €/ano, o que está em causa é o principio o ciclo é vicioso pois até

o próprio Estado atribui verbas sobre aquilo que nós pagamos, as empresas fazem precisamente a mesma coisa.-----

---Colocado este assunto a votação obteve o seguinte resultado:-----

---Votos 28 – (vinte e oito).-----

---Votos a favor 27 – (vinte e sete).-----

---Votos contra 1 - (um) por parte da Sr. Deputada Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Leite Gomes Alves.-----

---Abstenções 0 – (zero).-----

---Aprovada por maioria e em minuta.-----

---**PONTO DOIS QUATRO:**-----

--- Apreciar e deliberar sobre a fixação de taxa pela emissão de Registo definido pela Portaria nº. 1637/2006 de 27/09, por remissão dos artº.s 14º. Nº. 29 da Lei 37/2006 de 09/08.-----

a) - Por cada certificado - 3,50€ (Três euros e cinquenta cêntimos) -----

b) - 2ª. Via - 3,75€ (Três euros e setenta e cinco cêntimos)-----

---Colocado este assunto a votação obteve o seguinte resultado:-----

---Votos 28 – (vinte e oito).-----

---Votos a favor 28 – (vinte e oito).-----

---Abstenções 0 – (zero).-----

---Votos contra 0 (zero)-----

---Aprovada por unanimidade e em minuta.-----

---**PONTO DOIS CINCO:**-----

---Apreciar e deliberar sobre o comodato do Edifício da Escola Primária (Legado Pio) de Paradela de Guiães à Junta de Freguesia, autorizada por deliberação da Assembleia Municipal de 27.Set.1996.-----

---O Sr. Presidente da Câmara passou a dar explicação sobre este comodato e no seguimento do encerramento dos espaços escolares recebeu um emissário da OIKOS, é uma organização não governamental de âmbito social, que trabalha com grupos em dificuldades. Esta Associação é composta pela Noruega, Suécia e Dinamarca que pretende montar uma Delegação em Portugal. Visitaram-nos e propuseram-nos instalar-se em Portugal. A Câmara de Sabrosa perante a proposta pensou num espaço requalificado e que urge dignificar e manter “a escola de Paradela de Guiães”, para que os jovens possam usufruir dele, não só os nossos mas também os jovens oriundos desses países, aí poderá existir uma cantina que possa também servir e desenvolver uma área de apoio à população em Paradela. A Assembleia de Freguesia terá uma palavra a dizer.-----

---O Sr. Deputado Dr. Filipe da Cunha Correia, e aproveitando a presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paradela de Guiães pediu para que se

pronunciasse sobre a opinião da população.-----

---O Sr. Presidente da Junta de Freguesia informou que ainda não foi colocado este assunto à população nem à Assembleia e na sua opinião essa Assembleia poderia ser aberta a toda a população onde pudesse estar presente o Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários. Considerando o envelhecimento da população pensa que seria uma ideia bem aceite.-----

-----Colocado este assunto a votação obteve o seguinte resultado:-----

---Votos 28 – (vinte e oito).-----

---Votos a favor 28 – (vinte e oito).-----

---Abstencões 0 – (zero).-----

---Votos contra 0 (zero)-----

---Aprovada por unanimidade e em minuta.-----

---**PONTO DOIS SEIS:**-----

---Apreciar e deliberar sobre a alienação da Escola Primária de Gouvães do Douro para Investimento na área de Restauração/Hotelaria, de acordo com a alínea i) do nº.2 do artº. 53º. da Lei 169/99, com as alterações da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

---O Sr. Presidente da Câmara informou a Assembleia de que há proposta de uma Sociedade que está a fazer um investimento de turismo rural vizinho à escola, em apreciação na Câmara Municipal. Esta alienação terá como cláusula o investimento único e exclusivo na área de Hotelaria/ Restauração.-----

---O Sr. Presidente da Junta de Gouvães tomou a palavra dizendo que está de acordo com a proposta mas a haver alienação o dinheiro terá que ser gasto na própria freguesia. -----

---O Sr. Presidente da Junta de Parada do Pinhão perguntou como irá ser feito o cálculo do valor do imóvel e se vão existir cláusulas contratuais para restituir o imóvel caso não seja utilizado para o fim proposto.-----

---O Sr. Deputado Octávio Torrie perguntou se vai ser em hasta pública., porque assim pode não ser para o suposto interessado e não ser para o fim proposto.-----

---O Sr. Presidente da Câmara disse que pode correr-se o risco de haver mais interessados mas em termos de concurso terão que apresenta um projecto semelhante porque o que está definido é para manter, conferindo postos de trabalho e relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta com certeza terá que conferir uma mais valia para a freguesia.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia pergunta se numa situação de alienação, havendo uma cláusula de obrigatoriedade dos fins a que se destina não sabe se legalmente poderemos ou não impor qualquer penalização se o objectivo for outro, e poder-se-á accionar algum mecanismo relativamente a este assunto?-----

---O Sr. Presidente da Junta de Parada do Pinhão comparou este assunto com o que tem acontecido na Zona Industrial onde as parcelas foram utilizadas para fins diferentes daqueles a que se propuseram, seria bom que não viesse a acontecer o mesmo.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia acrescentou que aquilo que acabou de dizer não significa total concordância e satisfação por se irem encontrando alternativas para os fins a dar às escolas, pois caso contrário também se vão degradando. Foi apenas uma dúvida que lhe surgiu.-----

---O Sr. Presidente da Câmara disse que deverá haver venda sob condições, não só com o fim de utilização mas também em relação ao tempo, o historial apresentado pela empresa é muito interessante, na questão do comodato não sabem até que ponto isso lhe interessa.-----

---O Sr. Deputado Dr. Filipe Correia respondendo a este assunto disse que quanto ao comodato e a nível de projecto turístico não é fácil em termos de candidatura ficarem com um contrato de comodato, regra geral é gratuito e as pessoas podem dispor do bem, por isso deverá ficar bem definido o prazo. Poderá ser vendido e, aconselhou que na venda fique expressa a condição, restaurante e afins, o que poderá não lhes interessar para não ficarem presos a essa cláusula.---

---O Sr. Presidente da Câmara solicitou À Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Dr<sup>a</sup>. Doroteia de Sousa esclarecimento sobre o assunto que na sua intervenção disse subscrever o que foi dito pelo Dr. Filipe Correia e acrescentou ainda que poderia criar-se um ónus que pudesse fazer valer em termos de registo de conservatória e predial, e que acompanhe sempre o imóvel e qualquer negócio que possa existir. A conservatória dará sempre publicidade a terceiros desse ónus sempre a favor do Município.-----

---Após estes esclarecimentos foi colocado a votação e obtido o seguinte resultado:-----

---Votos 28 – (vinte e oito).-----

---Votos a favor 28 – (vinte e oito).-----

---Abstencões 0 – (zero).-----

---Votos contra 0 (zero)-----

---Aprovada por unanimidade e em minuta.-----

**PONTO DOIS SETE:**-----

---Apreciar e deliberar sobre a integração da Câmara Municipal, na Associação Sabrosa Douro XXI, como membro fundador. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecer o assunto, dizendo para ser considerada a proposta de Regulamento Interno, como Estatutos. Esta iniciativa implica ter os Empresários

em sintonia com a Câmara como associada e com o Concelho, porque não se justifica a Câmara querer fazer a produção de um filme, Mapas ou Roteiros e ter que recorrer a outros, tudo isto poderia ser feito em conjunto, a Câmara Municipal teria que ser membro fundador para poder dar credibilidade a esta associação e assim desenvolver estratégias de afirmação e de promoção em qualidade e fazê-lo repartido por todos custa menos e pode-se fazer mais e melhor.-----

----Pedi a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Dr<sup>a</sup>. Fátima Leite Gomes Alves perguntando ao Sr. Presidente da Câmara e porque tem grandes dúvidas quanto à criação desta Associação e ainda se cabe a esta Assembleia autorizar a integração do Município numa associação que não se sabe se existe ou não, pois pelo que se lê não está definido quem teve a ideia de a constituir. Porque não foram convidadas todas as Associações do Concelho e que já são muitas?. Qual foi o critério dos convites, como surgiram os empresários e se foi feita publicidade em geral á população, não conseguiu encontrar resposta a todas estas questões e tem também algumas dúvidas nomeadamente no Capítulo II, art<sup>o</sup>.4 – vai haver sócios? Como? Quem?; no Capítulo III, art<sup>o</sup>. 11<sup>o</sup>. Qual o valor das quotas?, Como Membros da Assembleia não poderemos decidir de qualquer maneira, o art<sup>o</sup>. 14<sup>o</sup>. diz que a Direcção cessante é que nomeia a nova Direcção, não poderá ser assim pois deverá haver eleições democráticas, no documento apresentado não encontrou resposta alguma. Criar mais Associações? As que existem já não são apoiadas convenientemente e algumas são mesmo reconhecidas de utilidade pública, essas sim deveriam ter como membro efectivo a própria Câmara, agora criar novas não é apologista e continua com grandes dúvidas relativamente à proposta apresentada. Lançou ainda um repto ao Sr. Presidente da Assembleia para como responsável pelas deliberações da Assembleia verifique se estão reunidas todas as condições de legalidade para que a proposta seja votada.-----

----O Sr. Deputado João Carlos perguntou ao Sr. Presidente da Câmara e à Mesa da Assembleia se a deliberação é a entrada da Câmara na Associação ou a aprovação dos Estatutos, pois no seu entender compete à Assembleia deliberar unicamente sobre a integração da Câmara, pois sendo o contrário também não concorda com o artigo 14<sup>o</sup>. mas julga ser uma boa ideia levar por diante essa ideia se os objectivos forem alcançados.-----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Parada do Pinhão pôs uma questão perguntando por curiosidade como vai sustentar-se esta Associação, se com subsídios da Câmara financiamentos próprios ou projectos.-----

----O Sr. Deputado Dr. Filipe Correia partilhou as ideias do Sr. Deputado João Carlos porque de facto o que julga estar-se a discutir é se se ajuda a fundar ou

não a Associação e no caso da Câmara entrar como sócio alguém que venha a discutir os estatutos tenha em atenção três aspectos tendo o primeiro sido posto pelo Sr. Deputado João Carlos, o segundo será o sócio fundador ter direito a 3 votos, quando outro só tem direito a um voto e ainda o aspecto mais importante e mais preocupante é que se faça no final dos estatutos referência à sua dissolução para que não aconteça como o que aconteceu na Associação do Douro Histórico.-

---O Sr. Presidente da Câmara disse que era bom haver dúvidas e estava ali para as esclarecer e sobre a primeira questão era bom que as Associação que existem fossem suficientes e quando se afirma que não são apoiadas pela Câmara, não é bem assim, pois são apoiadas e financiadas na medida das suas possibilidades. Seria bom que fosse possível apoiar-las mais, todos os Executivos têm apoiado Associações e as IPSS, mas temos que entender que as mesmas não podem viver à custa da Câmara e existem Associações com vários fins. Há uma por exemplo que está a causar inveja já ao concelho vizinho. O Concelho de Alijó veio pedir cópia dos estatutos porque dela fazem parte aqueles que tem dinheiro, entre outros, temos o Hotel Solar dos Canavarros, Quinta do Portal, Grupo Amorim, etc., que estão interessados em cooperar entre si e com o próprio Município. Foi devidamente discutida e foi colocado um anúncio no Jornal “A Voz de Trás os Montes” para quem estivesse interessado inscrever-se e fazer parte, passou então a palavra à Dr<sup>a</sup>. Raquel para esclarecer melhor este assunto, que passou e explicar:-----

--- A jóia prevista é de 1.500,00€, a Comissão Instaladora tem em mão um plano de actividades onde está previsto angariar os meios necessários para a comunicação e imagem, para a realização de um evento que possa representar o Concelho, pois ninguém vai investir numa Associação caso não tenha motivos para tal. A questão dos votos foi discutido na última reunião com a presença dos Srs. Vereadores, tendo-se diminuído o número de votos a que cada fundador teria direito uma vez que vão investir inicialmente 1.500,00 € e provavelmente irão investir ainda mais na imagem e noutras coisas, foi reduzido para o mínimo possível, de acordo com a Comissão Instaladora e todo o Executivo. Falta entretanto dar o passo final que é o aval e votação da Assembleia Municipal.-----

---O Sr. Presidente da Câmara disse que a Associação ainda não existe, por isso o que está em causa é a sua criação e a Câmara irá intervir como sócio fundador e os sócios fundadores terão que ter um conjunto de direitos salvaguardados.-----

---A Sr<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel disse que ao fim de 3 anos ficarão todos em situação igualitária, e que em relação ao anúncio do Jornal apenas foi recebido um único telefonema, nas reuniões ficou decidido enviar cartas a todos aqueles que tivessem uma actividade relacionados com o vinho ou com o turismo e estamos



satisfeitos com os que apareceram. Ao trazermos este assunto à Assembleia tornou-se transparente e só se faz a escritura se aqui for aprovado.-----

---O Sr. Presidente disse que é importante que exista e, quando representados em qualquer feira e em bloco se o conseguirmos seria óptimo e ainda poderemos candidatar-mo-nos ao QREN. O futuro irá por aí-----

---O Sr. Presidente da Assembleia perguntou quanto pagam os fundadores e se a sua entrada é ou não restrita, e quem poderá tirar partido disso.-----

---O Sr. Presidente da Câmara disse que deverá salvaguardar-se o próprio investimento e aplicando um grande capital corre-se um sério risco e se for demasiado aberta poder-se-á cair no charco.-----

---Colocado este assunto a votação obteve o seguinte resultado:-----

---Votos 28 – (vinte e oito).-----

---Votos a favor 27 – (vinte e oito).-----

---Abstencões 1 – (uma). Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Leite Gomes Alves-----

---Votos contra 0 (zero)-----

---Aprovada por maioria e em minuta.-----

---**PONTO DOIS OITO:**-----

---Apreciar e deliberar sobre a integração da Câmara Municipal, na Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro.-----

---O Sr. Deputado Octávio Manuel Santos Torrie disse que qualquer Associação deverá apresentar contas e não encontrou nesta, nem conselho fiscal nem qualquer outra entidade fiscalizadora.-----

---O Sr. Presidente da Câmara disse não saber responder a esta questão pois a única informação que tem é a mesma que foi distribuída a todos os Membros da Assembleia. A sua preocupação foi de accionar os mecanismos porque envolve estratégias de âmbito turístico e outros. A importância desta Associação é a adesão a fundos comunitários que envolvem estratégias de âmbito turístico e outro. Agora ou ficamos de fora ou integramo-nos e se de facto somos Douro temos que nos integrar porque faz todo o sentido. O Executivo entendeu por bem essa integração, estando pendente da deliberação desta Assembleia. A pergunta que colocou tem todo o sentido pois estando tantos Municípios envolvidos alguém terá que responder e dar resposta como entidade fiscalizadora.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que não existe Conselho Fiscal nem Revisor Oficial de Contas propondo a sua aprovação com a ressalva de serem rectificadas.-----

---Colocado este assunto a votação obteve o seguinte resultado:-----

---Votos 28 – (vinte e oito).-----

---Votos a favor 28 – (vinte e oito).-----

---Abstencões 0 – (zero).-----

---Votos contra 0 (zero)-----

---Aprovada por unanimidade e em minuta.-----

---O Sr. Deputado João Carlos tomou novamente a palavra para perguntar à Câmara e aos respectivos Presidentes de Junta sobre a fiscalização das obras realizadas no Concelho, dando como exemplo o Polidesportivo de Covas do Douro que não está em condições de ser utilizado, apesar de construído há pouco mais de um ano, a Câmara terá que proceder à fiscalização e responsabilizar quem executou essas obras e deveria haver uma comissão de inquérito para averiguar essas anomalias, pois o dinheiro gasto é de todos nós.-----

---O Sr. Presidente da Câmara respondeu que essa situação está constatada mas irá ter isso em atenção e, em relação a outras os prazos de execução já foram ultrapassados, não havendo nada a fazer.-----

---Esgotada a Agenda de Trabalhos e sendo vinte e uma horas e trinta minutos o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta.-----

---

---

---